

Enquadramentos da Reforma da Previdência: uma análise de editoriais dos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo sobre a PEC 287

Framing Pension Reform: an analysis of the editorials of the newspapers O Globo and O Estado de S. Paulo about 'PEC 287'

Fernanda Safira Soares Campos

Universidade Federal de Mato Grosso
[Federal University of Mato Grosso]

Bruno Araújo

Universidade Federal de Mato Grosso
[Federal University of Mato Grosso]

Resumo

Esta pesquisa analisa editoriais dos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo sobre a proposta de Reforma da Previdência Social apresentada ao Congresso Nacional pelo ex-presidente Michel Temer (PMDB) como parte de um pacote de reformas de índole liberal perpetrada por seu governo. Com base na Teoria do Enquadramento, que funciona como instrumental teórico-metodológico para este texto, buscamos compreender os enquadramentos construídos pelos dois jornais em seus editoriais, de forma a perceber como eles expressaram seus posicionamentos sobre o tema. Na análise, identificam-se os principais recursos retóricos utilizados pelos jornais a partir de categorias propostas por Robert Entman (1993). O estudo mostra a construção de enquadramentos midiáticos favoráveis à Reforma, com a defesa da sua inevitabilidade e a expressão de ideias diretamente alinhadas ao ideário neoliberal.

Palavras-chave: reforma da previdência, editoriais, enquadramentos.

Abstract

This study analyzes editorials of the newspapers O Globo and O Estado de S. Paulo on the proposed of Social Security Reform presented to the National Congress by former president Michel Temer (PMDB) as part of a package of liberal reforms perpetrated by his government. Through the Framing Theory, which functions as a theoretical-methodological instrument for this text, we seek to understand the frameworks constructed by the two newspapers in their editorials in order to understand how they expressed their positions on the subject. In the analysis, we identify the main rhetorical resources used by newspapers from categories proposed by Robert Entman (1994). The study shows the construction of media frameworks favorable to reform, with the defense of its inevitability and the expression of ideas directly aligned with the neoliberal ideology.

Keywords: social security reform, editorials, framing.

REVISTA
com política

revista compolítica

2020, vol. 10(1)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2020.10.1.294

 Open Access Journal

Enquadramentos da Reforma da Previdência: uma análise de editoriais dos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo sobre a PEC 287

Fernanda Safira Soares CAMPOS
Bruno ARAÚJO

Em 2016, entrou em tramitação a Proposta de Emenda Constitucional 287, doravante PEC 287, que propunha alterações no sistema previdenciário brasileiro, modificando as regras para a aposentadoria. O governo de Michel Temer (MDB) apontava o aumento da expectativa de vida dos brasileiros e a tendência de redução da população em idade ativa como principais argumentos para justificar a medida. A proposta foi recebida pela sociedade de maneira controversa, pois, apesar de apresentada como “medida de combate a privilégios”, alterava o tempo de contribuição, a idade mínima, igualava – com exceção dos militares – as normas de contribuição de todos os trabalhadores e, assim, tornava mais duras as regras para aposentadoria.

Uma pesquisa realizada pelo instituto de pesquisa Datafolha, publicada em maio de 2017, mostrou que a proposta era rejeitada por sete em cada dez brasileiros (71%). As mudanças na idade mínima e no tempo de contribuição para o recebimento integral da aposentadoria, dois dos principais eixos da proposta, eram rejeitados por uma ampla maioria: 82% dos entrevistados. Dos que se mostraram favoráveis às alterações (10%), o apoio era maior entre os mais ricos (23%).¹ Apesar das controvérsias, estudos apontaram que a mídia brasileira, em grande medida, ignorou as críticas à Reforma. Segundo dados da Repórter Brasil, organização não-governamental fundada em 2011 por jornalistas, cientistas sociais e educadores, os principais veículos fizeram coberturas

¹ Pesquisa “Reforma da Previdência”. Disponível em: <<http://twixar.me/CC7K>>. Acesso em 28 mar. 2018

positivas sobre a proposta enviada ao Congresso². No estudo, constatou-se que 90% dos textos de *O Globo* foram alinhados à proposta do Palácio do Planalto. *Estadão* e *Folha de S. Paulo* também fizeram coberturas favoráveis, com conteúdos positivos em 87% e 83% dos casos, respectivamente.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem o objetivo de compreender os enquadramentos construídos por dois jornais de referência no país, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, em editoriais publicados acerca da Proposta de Reforma da Previdência enviada ao Congresso pelo Governo de Michel Temer em 2016. Estes foram escolhidos não apenas pelo espaço que ocupam na imprensa nacional, mas pelo papel que exerceram nos principais acontecimentos nacionais ao longo do tempo, como no golpe de 1964, ou na Assembleia Constituinte que elaborou a atual Constituição da República em 1988. Durante a Constituinte, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* foram contrários à inclusão de vários direitos que atualmente compõem o capítulo dos Direitos Sociais da Carta Magna, como a licença-maternidade, as férias remuneradas e a indenização do trabalhador em despedimentos sem justa-causa (Fonseca, 2011). Além disso, ambos os jornais tiveram papéis decisivos nos acontecimentos políticos mais recentes, como na crise que destituiu a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e na eleição do atual presidente do país (Prior; Araújo, 2019). Todos esses elementos revelam um histórico de ação política dos jornais que justifica a sua escolha como objeto de uma pesquisa que pretende compreender o desempenho desses veículos ante um evento de forte impacto social.

Assim, buscaremos entender as estratégias retóricas presentes nos enquadramentos através dos quais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* expressaram seu posicionamento sobre o tema da Reforma da Previdência. A opção por editoriais como objeto empírico se justifica pelo caráter opinativo do gênero, no qual ficam registradas as posições da empresa jornalística. De igual modo os editoriais são espaços de discussão de temas fundamentais, nos quais a empresa jornalística age como uma espécie voz de orientadora do debate público, a partir da vocalização de interesses que estão para além daqueles

² Mídia ignora críticas à Reforma da Previdência. Repórter Brasil. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2017/04/midia-ignora-criticas-a-reforma-da-previdencia/>>. Acesso em 12 set. 2018

implícitos na difusa noção de interesse público. Como revelam trabalhos recentes, o editorial identifica os problemas, alerta para determinados aspectos da realidade, lança reptos às autoridades públicas, funcionando como arena de intensa atividade política, com mensagens destinadas sobretudo às elites que compõem as instâncias de poder decisório (Mont'Alverne; Marques, 2013).

Nesse sentido, o presente estudo se estrutura em torno da seguinte questão: De que maneira os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* construíram seus posicionamentos acerca da proposta de Reforma da Previdência de Michel Temer nos enquadramentos veiculados em editoriais sobre o tema? Para orientar o estudo empírico desenvolvido na segunda parte, formulamos duas hipóteses:

- (i) *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* elaboraram enquadramentos altamente favoráveis à aprovação da proposta de Reforma da Previdência do Governo Michel Temer, por meio da criação de um clima de consenso na opinião publicada, que apelou à inevitabilidade da medida como solução primeira para os problemas econômicos do país.
- (ii) Os enquadramentos veiculados para expressar a posição dos jornais deixam revelar a presença de valores alinhados à ideologia neoliberal, explicados por uma inclinação dos jornais a um polo econômico que também marca a atuação das empresas jornalísticas.

O trabalho pretende contribuir com estudos que discutem as relações do campo jornalístico com a esfera política, por meio da desconstrução dos sentidos que orientam os enquadramentos jornalísticos sobre o tema da Reforma da Previdência. Para isso, partiremos de uma definição do conceito de enquadramento, para, em seguida, revisar alguns trabalhos que se apropriaram do conceito na compreensão da relação da mídia com a política. Em termos metodológicos, adaptam-se as categorias propostas por Robert Entman (1993), com a finalidade de identificar os quadros interpretativos dos jornais em um corpus de 20 editoriais publicados durante a tramitação da PEC 287/2016.

O conceito de enquadramento

As primeiras formulações que constituem os fundamentos do conceito de enquadramento estão na obra de Gregory Bateson, com reflexões no campo da psicologia, e na abordagem sociológica de Erving Goffman. Para este, os enquadramentos são recursos que permitem “localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas, definidas em seus limites” (Goffman, 2012, p. 21). Bateson e Goffman sugerem abordagens específicas ao conceito, o qual, depois de sofrer um processo de alargamento epistemológico, abrindo diferentes modos de operacionalização, passou a influenciar um sem-número de investigações empíricas em diversas disciplinas das ciências sociais. Com efeito, o enquadramento tem sido muito utilizado no tratamento de objetos e problemas de pesquisa vários, que vão de estudos das interações comunicativas à análise dos sentidos formulados nos discursos midiáticos (Mendonça; Simões, 2012). Por isso, ao analisar as apropriações do conceito pela comunicação, Entman (1993) identificou a uma fratura no paradigma, haja vista a expansão semântica do termo. Apesar dos riscos heurísticos, concordamos com Mendonça e Simões (2012) na defesa de que tal fratura, potencialmente perigosa, tem sido muito promissora, ao apontar possibilidades novas e complementares no terreno da pesquisa empírica em comunicação.

Desse modo, incorporados aos estudos de comunicação, uma das modalidades operacionais do conceito é aquela que se refere aos enquadramentos como recursos simbólicos verbais e visuais que jornalistas e outros agentes da mídia usam para organizar a informação em seus textos (Maia, 2009, p. 307). Como recordam Mendonça e Simões (2011, p. 193), “o foco dessa vertente de análise de enquadramento volta-se, pois, para a percepção do modo como discursos enquadram o mundo, tornando acessíveis perspectivas específicas de interpretação da realidade”. Sem dúvida, um dos principais nomes dessa vertente é o de Entman (1993), com o qual esta pesquisa dialoga mais diretamente. O autor entende enquadramentos como procedimentos de organização da realidade social percebida pela discursividade midiática. Assim,

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (Entman, 1993, p. 52, tradução nossa).

A partir dessa formulação, o autor se concentra nos elementos distintivos dos enquadramentos, propondo que todos eles possuem ao menos quatro funções: I) a definição de um problema; II) a identificação de suas causas; III) a elaboração de julgamentos morais e a IV) sugestão de soluções para o problema. Muitos pesquisadores transformaram essas funções em categorias, tal como faremos na análise empírica, com o propósito de estudar de que maneira as questões sociais são construídas simbolicamente no discurso da mídia. Pela proposta do autor, o analista deve procurar identificar como essas funções são postas em funcionamento no contexto da materialidade textual midiática, em sua relação com o tecido social mais amplo. Trata-se, pois, de uma concepção muito apropriada à análise dos diferentes gêneros e produtos midiáticos, entendidos como dispositivos de construção e naturalização de propostas interpretativas dos fenômenos e acontecimentos sociais.

Assim, a proposta de Entman permite desvelar os sentidos produzidos nos enquadramentos midiáticos, articulando-os com estruturas ideológicas que estão para além da superfície textual. Essa noção de enquadramento tem como premissa básica a ideia de que a mídia tem o poder de dizer como as pessoas devem pensar os temas enquadrados, configurando uma das mais importantes vertentes dos estudos sobre mídia e política.

Enquadramentos de Mídia e Política: breve revisão

A maior parte dos estudos que partem do conceito de enquadramento para pensar as relações entre os campos político e midiático, se preocupa com o modo como a política, suas personagens e eventos são representados nos meios de comunicação. Dentre os estudos que receberam destaque está o de Lawrence (2000). Dialogando com vários

estudiosos da área de comunicação e política (Patterson, 1994; Fallows, 1997; Cappella; Jamieson, 1997), Lawrence propõe uma reflexão sobre como a essência da atividade política é reduzida pelos noticiários à medida em que esta é, frequentemente, enquadrada como mero ‘jogo estratégico’, uma corrida de cavalos, sobretudo em momentos eleitorais.

Em uma pesquisa que inspira a análise deste trabalho, Lawrence (2000) analisou de que maneira questões de política pública foram representadas nos noticiários estadunidenses. Tal como nós, ela analisou os enquadramentos elaborados pela mídia para significar a Reforma da Previdência nos Estados Unidos. A autora investigou como o jogo de enquadramento realizado pela mídia interferiu de forma determinante na compreensão do tema pela audiência. Segundo a autora, a mídia não ofereceu todos os esclarecimentos necessários para que os cidadãos construíssem debates significativos sobre a questão:

No caso da reforma previdenciária, o público pode ser menos capaz de aguçar sua compreensão das questões, formular opiniões fundamentadas e influenciar de forma inteligente o debate. O enquadramento da reforma previdenciária nas notícias foi, em muitos aspectos, altamente substantivo, no entanto, em momentos cruciais, as notícias deixaram de lado muitos aspectos importantes da questão, com consequências potencialmente graves para a qualidade da discussão sobre o destino do estado de bem-estar da sociedade (Lawrence, 2000, p. 111, tradução nossa).

No que tange o cenário brasileiro, o estudo das relações entre mídia e política a partir do enquadramento começou, com maior força, a partir dos anos 1990. Até inícios dos anos 1980, os noticiários estavam muito voltados para a pauta econômica em função do processo autoritário que vigia no país depois do golpe de 1964 (Araújo, 2017). Com o aumento da cobertura política, começam a surgir os primeiros estudos que recorrem ao enquadramento não apenas como questão teórica, mas como instrumento de análise empírica. Pode-se referir o trabalho de Albuquerque (1994), que combinou a teoria do *agenda-setting* com o enquadramento, para uma análise da cobertura do Jornal Nacional, da TV Globo, sobre a campanha eleitoral para a Presidência da República. Por outro lado, Porto (2002) é uma referência no desenvolvimento de estudos enquadramentos da mídia em sua relação com a política e oferece orientações importantes para os estudos no campo:

Nas pesquisas sobre o papel dos meios de comunicação em processos políticos, um enfoque tem atingido níveis importantes de proeminência e popularidade. Este enfoque, cujo desenvolvimento é relativamente recente, tem como base o conceito de “enquadramento” (*framing*). Apesar do paradigma encontrar-se ainda em estado embrionário, suas aplicações têm dinamizado o campo da comunicação política, oferecendo uma nova perspectiva para entender o papel da mídia (Porto, 2002, p.1).

Nos anos mais recentes, houve um crescimento assinalável de pesquisas sobre o enquadramento da política no Brasil. Guazina (2011) reconfigurou as categorias de Entman (1993) para analisar a cobertura do Jornal Nacional (JN), sobre o escândalo do Mensalão. Ao estudar os enquadramentos sobre a crise política, a autora identificou a construção de um clima de disputa entre os campos político e jornalístico, concluindo que o telejornal agiu politicamente, por meio de uma cobertura adversária em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT). Estudando igualmente o JN, Oliveira, Fernandes, Chagas (2018) analisaram, assim como nós, os enquadramentos da Reforma da Previdência de Michel Temer. Os autores apontam que o telejornal construiu enquadramentos altamente favoráveis à aprovação da Reforma, tecendo, no entanto, uma narrativa contraditória ao mostrar as dificuldades de articular apoio político no Congresso.

De outro lado, algumas pesquisas apostam no enquadramento para analisar a representação da imagem de políticos na mídia. Mont'Alverne e Marques (2013) analisaram a representação de Dilma Rousseff nos editoriais de *O Estado de S. Paulo*. Valendo-se da noção de que o jornalismo continua como instância de influência importante, o estudo buscou entender como o jornal configurou a imagem da ex-presidente. Por seu turno, Lima, Silva e Martinez (2016) analisam a relação entre o enquadramento de Rousseff e Angela Merkel e a agenda política na cobertura de *Folha de S. Paulo* e *Público* sobre a crise migratória.

De igual modo, os acontecimentos políticos mais recentes, com destaque para o processo de impeachment de Rousseff, motivaram a realização de trabalhos que partiram do enquadramento para compreender o papel da mídia em contexto de crise política. Adotando o enquadramento como operador analítico, Guazina, Prior e Araújo (2018) compararam editoriais de jornais brasileiros e internacionais, nos quais identificaram uma luta narrativa em torno dos sentidos sobre o processo contra Rousseff. Enquanto a mídia

brasileira procurou legitimizar o processo, a estrangeira construiu molduras simbólicas bastante céticas sobre a sua legalidade. Por sua vez, Rizzotto e Prudêncio (2019) adotaram o enquadramento multimodal para estudar os diferentes papéis conferidos à ex-presidente pelos principais jornais do país. As autoras concluíram que a ex-presidente ocupou papéis de vilã, vítima e heroína, o que conduziu a operações de sentido distintas nas representações midiáticas da crise.

Como temos observado, a maior parte das análises associa o enquadramento ao estudo das notícias. Ainda assim, este trabalho aposta na igual vitalidade do enquadramento para o estudo de outros gêneros jornalísticos, como o editorial, à semelhança de estudos já citados, como os de Mont'Alverne e Marques (2013) e Guazina, Prior e Araújo (2018), que atualizam as operacionalidades do conceito por meio de sua associação a novas possibilidades empíricas. Entendemos conceitos como construções vivas, sujeitas a ressignificações no seu confronto com novos objetos, incluindo-se gêneros jornalísticos opinativos, como o editorial.

Questões metodológicas

O *corpus* da pesquisa é constituído por 20 editoriais (10 de cada periódico) publicados entre 2016 e 2018. Conforme descrito no Quadro 1 (abaixo), os textos foram divididos em três fases - “gênese”, “discussão” e “desfecho” - que correspondem aos principais momentos de tramitação da proposta de Reforma da Previdência do governo Michel Temer no Congresso Nacional.

Quadro 1 - Descrição das etapas do processo de tramitação da PEC

ETAPA/FASE	DESCRIÇÃO
Gênese	Da apresentação da PEC à Câmara dos Deputados, em 05/12/2016, até 07/02/2017, quando a proposta vai a Plenário pela primeira.

Discussão	Da constituição de Comissão Especial na Câmara, em 09/02/2017, at dezembro de 2017, quando a proposta perde força.
Desfecho	Da perda de força, em dezembro de 2017, até fevereiro de 2018, quando a tramitação da proposta é suspensa em razão de decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro ³

Fonte: Elaboração dos autores.

Explicitadas as fases que orientaram a coleta dos editoriais, os Quadros 2 e 3 apresentam os títulos de todos os editoriais analisados neste estudo, igualmente divididos pelas etapas em que foram publicados. Todos os editoriais de *O Globo* foram publicados na versão impressa do jornal. Estão, igualmente, disponíveis no Acervo Digital, de onde foram coletados.

s

Quadro 2 - Editoriais analisados do jornal O Globo

ETAPA/FASE	EDITORIAL	DATA DE PUBLICAÇÃO
Gênese	Leniência de políticos explica Reforma da Previdência	09/12/2016
	Explosão mais que anunciada	24/12/2016
	Tóxico ideológico	02/01/2017
	Problemas estruturais	06/02/2017
Discussão	Reforma está à altura das distorções da Previdência	07/03/2017
	Déficit na Previdência pressiona Congresso	04/04/2017
	Previdência é uma usina de injustiças sociais	03/05/2017
	A reforma possível da Previdência	24/11/2017
Desfecho	Reformas para além da Previdência	03/01/2018
	Lógica sólida	04/12/2018

Fonte: Elaboração dos autores

³ O Governo Federal decretou intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro em meio à forte onda de violência. O artigo 34, da Constituição Federal, proíbe a aprovação de emendas à Constituição durante vigência de desse tipo de intervenção, razão pela qual a PEC 287 ficou comprometida na sua tramitação. Além disso, a PEC também foi atingida pela crise política aberta em torno de denúncias de corrupção contra o então presidente Temer (MDB).

Os editoriais de *O Estado de S. Paulo* foram coletados no próprio site do jornal, através da barra de busca. A pesquisa em ambos os jornais ocorreu no período de 14/11/2018 a 09/12/2018.

Quadro 3 - Editoriais analisados do jornal O Estado de S. Paulo

ETAPA/FASE	EDITORIAL	DATA DE PUBLICAÇÃO
Gênese	Relutância irresponsável	29/01/2017
	O peso da Previdência	06/02/2017
Discussão	O mundo real	07/03/2017
	Politicagem com a Previdência	17/03/2017
	Os efeitos da má política	10/04/2017
	A imprevidência brasileira	03/05/2017
	Rigidez e irracionalidade	25/09/2017
	Lula e a Previdência	23/11/2017
Desfecho	A fonte dos déficits	19/01/2018
	Previdência e democracia	10/02/2018

Fonte: Elaboração dos autores

Para analisar os editoriais, adaptamos as funções de enquadramento formuladas por Entman (1993) a fim de identificar aqueles construídos pelos diários para expressar suas respectivas posições acerca da PEC 287. Como adiantamos anteriormente, Entman argumenta que todos os enquadramentos possuem quatro funções principais: identificar problemas, apontar suas causas, realizar julgamentos morais e prescrever soluções para os problemas identificados. Na explicação de sua proposta, Entman sublinha que as quatro funções de enquadramento, que não apresentam uma linearidade, poderão aparecer de modo mais ou menos evidente no texto, em uma única ou em várias oportunidades: “Uma única frase pode trazer mais de um desses quatro recursos de enquadramento, enquanto muitas frases em um texto não precisam servir a nenhuma delas” (Entman, 1993, p. 52, tradução nossa).

Como se pode depreender das orientações do autor, é necessário observar os modos de silenciamento, no domínio do não-dito, tão importante como as informações explicitamente incluídas no texto. O Quadro 4 (abaixo), explica como as funções de enquadramento propostas por Entman foram apropriadas e atualizadas por esta pesquisa.

Quadro 4 - Descrição das categorias de análise dos editoriais

CATEGORIA/FUNÇÃO	DESCRIÇÃO
Problemas	A categoria identifica os “problemas” apontados por ambos os jornais acerca da temática “Reforma da Previdência”. Após uma análise exploratória, identificamos dois eixos apontados como problemas por ambos os meios: um que identifica as fragilidades do atual sistema previdenciário; e outro que observa os entraves na aprovação da Reforma.
Causas	Descreve o que os enunciadores compreendem como as causas para os problemas identificados. Observam-se, sobretudo, as justificativas para a necessidade de uma Reforma. Incluímos aqui também os atores sociais que os editorialistas apontam como culpados pelo cenário de crise.
Julgamentos morais	Investiga as estratégias de avaliação e de qualificação dos acontecimentos e personagens envolvidas na Reforma.
Soluções	Mapeia as saídas ou soluções apontadas pelos editoriais para a crise previdenciária bem como as formas de garantir equilíbrio fiscal.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de Entman (1993).

Seguindo as recomendações de Entman (1993), lemos todos os editoriais, em vários momentos do estudo, buscando identificar os problemas associados pelos editorialistas ao sistema previdenciário brasileiro, as suas causas, com particular interesse pelos processos de culpabilização de agentes políticos. Observamos, ainda, os julgamentos morais, com ênfase no uso de qualificações, e as propostas de solução para resolver os

problemas enquadrados, observando eventuais exemplos dados pelos jornais como caminhos a seguir.

Análise dos Editoriais de O Globo

A partir da apresentação à Câmara dos Deputados da PEC 287, em 05 de dezembro de 2016, na etapa que chamamos de “gênese”, é possível observar a busca de *O Globo* por explicar a proposta de Reforma da Previdência. Em meio a adjetivos e comentários elogiosos, a preocupação, neste primeiro momento, esteve concentrada em esclarecer as alterações que o governo Michel Temer propunha e os seus impactos no orçamento da União.

Já na etapa que se estende de fevereiro a dezembro de 2017, chamada aqui de “discussão”, os argumentos estão focados nas negociações necessárias para que a PEC seja aprovada – o que pode e o que não pode ser negociado –, com especial destaque para a identificação dos “culpados” pela crise previdenciária e a preocupação evidente, da parte do editorialista, com a demora na aprovação em função da aproximação do ano eleitoral de 2018. Por fim, a etapa “desfecho” é marcada pela perda de força da proposta e por críticas ao governo e à base aliada por terem falhado em sua aprovação.

Apesar de reconhecer que a proposta de Reforma da Previdência de Michel Temer é “dura”, *O Globo* a vê como “extremamente necessária para o reequilíbrio das contas públicas”. O periódico identifica o atual sistema previdenciário como “falho”, “custoso” e “ultrapassado”. Por esse motivo, por meio da categoria “problema”, é possível identificar as características do atual sistema previdenciário que *O Globo* enxerga como problemáticas, bem como os obstáculos postos à aprovação da Reforma.

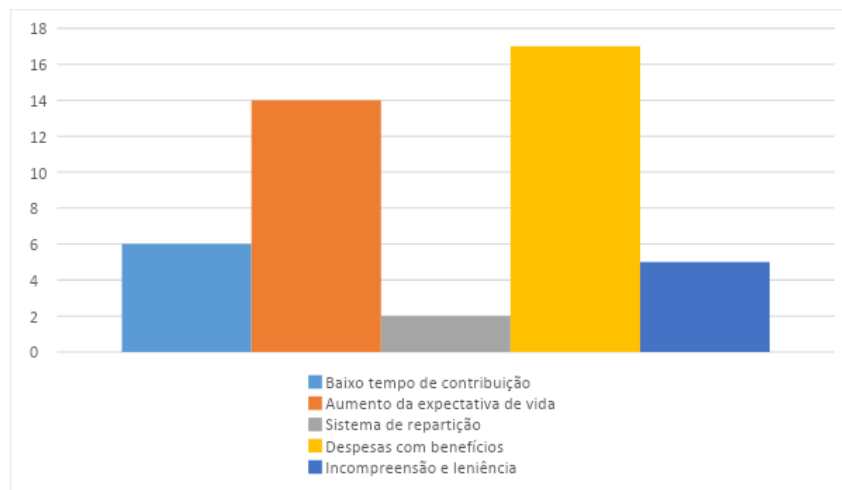
O jornal aponta a aposentadoria por tempo de contribuição como “problemática”, argumentando que “a média de idade do aposentado no Brasil é muito baixa, pouco acima dos 50 anos” (09/12/2016). Seria, então, necessário, segundo o jornal, colocar em prática o que foi sugerido no governo do PSDB, em 1998: “Ainda na gestão de Fernando

Henrique (1995-2002), foi proposto o óbvio: exigência de idade mínima para a habilitação à aposentadoria, com o fim da possibilidade de obtenção do benefício por tempo de contribuição. Perdeu por um voto na Câmara” (24/12/2016). Este problema identificado por *O Globo* nos leva ao segundo: o aumento da expectativa de vida dos brasileiros.

No eixo dos entraves, o problema mais destacado por *O Globo* para a aprovação da Reforma foi a pouca compreensão da população sobre sua importância, aliada ao que chama de “leniência da classe política” em agir principalmente por temor ou por pura oposição ao governo. Vê-se isso em trechos como: “As razões que impõem esta reforma – que chega tarde, daí precisar ser dura – de fundo demográfico, são idênticas às que volta e meia impelem países desenvolvidos a fazer o mesmo, e com iguais desdobramentos: incompreensão de muitos e temor dos políticos” (06/02/2017). Sendo assim, os argumentos contrários à Reforma são tidos como mistura de “mistificações estatísticas, puro desconhecimento dos números e resistência de fundo apenas ideológico, que fazem políticos virarem as costas à aritmética”.

Todos os argumentos aqui apresentados estão presentes repetidas vezes ao longo dos editoriais analisados. Há, porém, na construção dos enquadramentos presentes na categoria “problema”, uma predileção por alguns, o que fica evidenciado pelo número de ocorrências de cada um, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Ocorrência dos argumentos na categoria de análise “problema” em *O Globo*



Fonte: Elaboração dos autores.

O Globo dá ênfase às “causas” da “crise previdenciária” que justificariam a Reforma. Uma das razões apontadas para o “desequilíbrio da Previdência” seriam os posicionamentos adotados pelos governos petistas de Luiz Inácio da Silva (2003-2011) e de Dilma Rousseff (2011-2016): “Lula e Dilma não quiseram desativar a bomba-relógio do crescente poder destrutivo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o INSS, ao qual estão ligados os trabalhadores da iniciativa privada” (09/12/2016). Note-se o modo como ambos os políticos são qualificados por *O Globo*: o “figurino populista” dos 13 anos de lulopetismo, teria sido responsável pelo atraso na atualização do sistema previdenciário brasileiro e, portanto, responsável também pela necessidade de uma Reforma mais dura com o passar do tempo: “Correntes populistas impediram ou retardaram atualizações técnicas imprescindíveis, e o resultado foi a necessidade de um tratamento de choque” (09/12/2016).

Há outra classe de atores sociais dentro da categoria “causas” que também é apontada como “culpada” pela crise da Previdência. Entendida como a “classe dos privilegiados”, que corresponde a certos setores do funcionalismo público e do Judiciário, apontados também como entraves à aprovação da PEC, por, entre outras coisas, distorcerem dados a fim de encobrir suas “regalias”: “Há, como em toda situação como esta, uma dura guerra

de informações. E vale tudo, até garantir que a Previdência, em vez de déficit, tem superávit” (03/05/2017). Neste caso, o funcionalismo em geral é apontado como um dos grandes vilões do atual cenário e responsável por uma grande injustiça social: “Dois terços dos aposentados fora do setor público recebem benefício de um salário mínimo, enquanto, a depender do segmento da máquina do Estado em que o servidor se aposenta, ele pode receber até 30 vezes mais” (03/05/2017).

Por outro lado, *O Globo* é igualmente taxativo ao apontar gastos sociais como causas para a crise. Numa linha de argumentação que legitima o discurso neoliberal, tal como levantado em nossa segunda hipótese de trabalho, de diminuição da presença do Estado na resolução dos problemas sociais, o jornal critica a organização política do Estado de bem-estar social: “É tamanha a resistência a entender que o sonho de um ‘estado de bem-estar’, responsável por benevolências sem sustentação na realidade, virou pesadelo, que se torturam estatísticas, fazem-se piruetas intelectuais para esconder os fatos” (02/01/2017); e sustenta que: “A crise e o teto forçam a reconstrução das finanças públicas em bases não populistas” (03/01/2017). Aqui, o jornal elogia a aprovação de outra Emenda Constitucional do Governo Temer, a PEC do Teto, que limitou os gastos públicos em diferentes setores, incluindo saúde, educação e infraestrutura por vinte anos.

No que diz respeito à categoria “julgamentos morais”, que avalia e qualifica os acontecimentos e personagens envolvidas, primeiramente devemos destacar os elogios à proposta de Reforma da Previdência. Dentre os editoriais analisados por este trabalho, não foi encontrada nenhuma ressalva feita ao texto original enviado por Temer à Câmara, além da qualificação “dura, mas necessária”. As críticas que se referem à Reforma não estão relacionadas ao seu conteúdo, mas à possibilidade de um abrandamento da proposta durante a sua tramitação, como veremos adiante. Com isso, *O Globo* propõe, implicitamente, que o Congresso Nacional sequer discuta a proposta, devendo limitar-se a cancelá-la.

Michel Temer também é, muitas vezes, elogiado, pois, na perspectiva de *O Globo*, seu governo “acumulou sucessivos avanços”. Na tentativa de aprovar a PEC 287, Temer é visto como alguém “corajoso” e “persistente”, que tomou para si a “difícil” – “mas

necessária” – missão de “empreender uma operação político-parlamentar vital” (03/05/2017) para o país, a fim de implementar a Reforma da Previdência: “O presidente Michel Temer agiu com acerto ao entrar no trabalho político de convencimento de parlamentares sobre a importância desta reforma” (07/03/2017). Em linha diametralmente oposta, os atores políticos desfavoráveis à Reforma são qualificados de modo bastante negativo. Seus argumentos são postos como “infundados” e “levianos”, e, em diversos episódios, são resumidos a “uma série de equívocos derivados da intoxicação ideológica” (02/01/2017). Quando o cálculo do *déficit* apresentado pelo governo é contestado, as alegações são qualificadas como “mentirosas”: “No atual debate sobre a Reforma da Previdência, uma corrente tenta desqualificar o *déficit* com argumentos fantasiosos”, refere *O Globo*, em 06/02/2017.

Apesar dos elogios, quando a tramitação da proposta é suspensa, em razão de um decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro, o governo não foi poupado de duras críticas: “Um exemplo de batida em retirada desastrosa é este do governo Temer da reforma da Previdência” (21/02/2018). E o jornal lamenta o insucesso PEC 287: “O governo perdeu as condições de executar a mais importante das reformas (...). O próximo presidente herdará a responsabilidade de evitar a insolvência do Tesouro” (21/02/2018).

No tocante às soluções indicadas por *O Globo*, é possível afirmar que o jornal recomendou, principalmente, que o texto original da PEC 287 fosse protegido, sobretudo porque enxerga, naquela proposta de reforma previdenciária, uma “indispensável solução para o reequilíbrio das contas públicas” e para “a retomada de um crescimento sustentável no Brasil”. Todas as outras soluções, conselhos ou alertas derivam dessa premissa essencial. Enquadrados como modelos de sucesso, os governos neoliberais de Gerhard Schroeder (1998-2005), na Alemanha, e de Margareth Thatcher (1975-1979), na Inglaterra, são indicados por *O Globo* como soluções para o enfrentamento de crises como as encaradas pelo Brasil.

Postos como modelos de sucesso, os moldes dos governos neoliberais de Schroeder e Thatcher são indicados como soluções para o enfrentamento de crises como as encaradas pelo Brasil. Com isso, o jornal parece desconsiderar os efeitos danosos das políticas

neoliberais implementadas em diferentes países do mundo e que resultaram na crise imobiliária de 2008, considerada por alguns como a maior desde a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929. No editorial “Projetos de ajustes seguem roteiro básico”, após citar os ex-primeiros-ministros alemão e inglês, o jornal argumenta: “No aspecto político, são necessárias lideranças que entendam a situação do país e saibam convencer a sociedade do acerto das mudanças, e estejam dispostos a pagar qualquer custo eleitoral pelo êxito do projeto de modernização. O reconhecimento chega a médio e longo prazos” (18/12/2016).

Por fim, na visão de *O Globo*, os problemas do sistema previdenciário no Brasil seriam solucionados se todos os trabalhadores passassem a contribuir para fundos de pensão, apesar de direcionar seu argumento sobretudo para funcionários públicos: “Castas as mais diversas do funcionalismo também rejeitam a ideia, justa, de que a Previdência tem de ser igual para todos, e que cada pessoa/categoria deve constituir sua poupança em fundos de pensão, para complementar a futura aposentadoria. Desejam permanecer sustentados pelos contribuintes, o que não é mais possível” (04/04/2017).

No Quadro 5 resume os principais enquadramentos de *O Globo* para significar e explicitar seu posicionamento sobre a PEC 287:

Quadro 5 - Funções/Enquadramentos nos editoriais do jornal *O Globo*

CATEGORIA/FUNÇÃO	ENQUADRAMENTO
Problemas identificados	<p>Aposentadoria por tempo de contribuição, pois a média de idade do aposentado no Brasil é muito baixa, pouco acima dos 50 anos;</p> <p>Alta expectativa de vida do brasileiro, que o permite usufruir do benefício por muitos anos;</p> <p>Regime de repartição simples, pois há cada vez menos jovens e mais idosos;</p> <p>Gastos altos com a Previdência e conseqüentemente déficit orçamentário;</p> <p>Incompreensão da população e de políticos com relação à crise previdenciária e à fiscal;</p>
Diagnóstico de causas	Treze anos de lulopetismo e seu figurino populista;

	<p>Classes dos privilegiados que distorcem dados a fim de encobrir suas regalias;</p> <p>Intoxicação ideológica;</p> <p>O irrealismo dos gastos sociais no Brasil;</p>
Julgamento moral	<p>Recorrentes elogios ao texto original da PEC, sempre adjetivada de como consistente, inevitável, correta, sensata, justa e sólida;</p> <p>Atual sistema previdenciário tachado como injusto;</p> <p>Michel Temer acumulou sucessivos avanços e é visto como alguém, pelo menos <i>a priori</i>, corajoso e persistente;</p> <p>Atores políticos desfavoráveis à Reforma têm argumentos infundados e levianos;</p> <p>A suspensão da tramitação da PEC é um exemplo de batida em retirada desastrosa do governo Michel Temer;</p>
Soluções recomendadas	<p>Alertas quanto à necessidade de se proteger a Reforma;</p> <p>Seguir o exemplo de governos neoliberais como os de Gerhard Schroeder (Alemanha) e Margaret Thatcher (Inglaterra);</p> <p>Conselhos a Michel Temer para que não abra muita margem para negociação com grupos opositores e para que mantenha a proposta original;</p> <p>Que cada trabalhador recolha por conta própria e construa sua poupança em fundos de pensão.</p>

Fonte: *Elaboração dos autores.*

Análise dos Editoriais de O Estado de S. Paulo

Em *O Estado de S. Paulo*, na etapa “gênese”, o periódico identifica a proposta de reforma previdenciária com principal medida da Presidência da República para retomar o crescimento do país. O jornal é enfático ao apresentar o atual sistema de previdência como “uma espécie de bomba-relógio”, o que o torna “extremamente inviável”. Durante a etapa “discussão”, o *Estadão* destaca o papel da oposição e suas articulações na tentativa de barrar a proposta. Nesse sentido, chega a afirmar que, apesar de o debate ser importante dentro da democracia, o tema só aparece como controverso pela “falta de informações corretas”.

No que diz respeito à etapa “desfecho”, é possível afirmar que, em comparação com *O Globo*, o *Estadão* é mais incrédulo quanto à eventual, depois comprovada, perda de força da proposta. Ou, ao menos, sustenta por mais tempo a possibilidade real de ela ser aprovada. Quando finalmente a PEC 287 é suspensa, o diário paulistano publica um editorial chamado “Plano B”, em que lamenta as decisões do governo e alerta que as medidas a partir dali anunciadas dificilmente teriam o resultado esperado.

Utilizando a categoria de análise de enquadramento “problema”, é possível afirmar que *O Estado de S. Paulo* estabelece, nitidamente, um problema principal derivado do atual sistema previdenciário: o *déficit*. Alguns editoriais são voltados a explicar o tamanho do “*déficit* do INSS”, outros apenas da Previdência rural ou da Previdência urbana. Há editoriais, ainda, que somam o *déficit* da Previdência dos estados, o da Previdência da União e o dos municípios.

Em comparação com *O Globo*, *Estadão* traz dados mais precisos em relação aos *déficits*, utilizando sempre os números oferecidos pelo Ministério da Fazenda. Em relação às contas do INSS, o jornal as classifica como “deficitárias”, de acordo com levantamentos do Governo Federal: “As mais recentes contas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) relativas a 2016 registram um *déficit* de R\$ 149,7 bilhões. (...) Para 2017, o governo federal prevê um *déficit* ainda maior, de R\$ 181,2 bilhões” (29/01/2017).

Outro problema apontado pelo jornal é a “diminuição da capacidade de o Estado tomar suas decisões” (29/01/2017) devido ao valor que é comprometido com a Previdência. Com isso, o *Estadão* afirma que, como parte do dinheiro recolhido pelos impostos é destinado a “cobrir a diferença entre as despesas e as receitas da Previdência” (29/01/2017) ano após ano esse quadro compromete “a capacidade de o Estado investir em educação, saúde, segurança e infraestrutura” (20/03/2017).

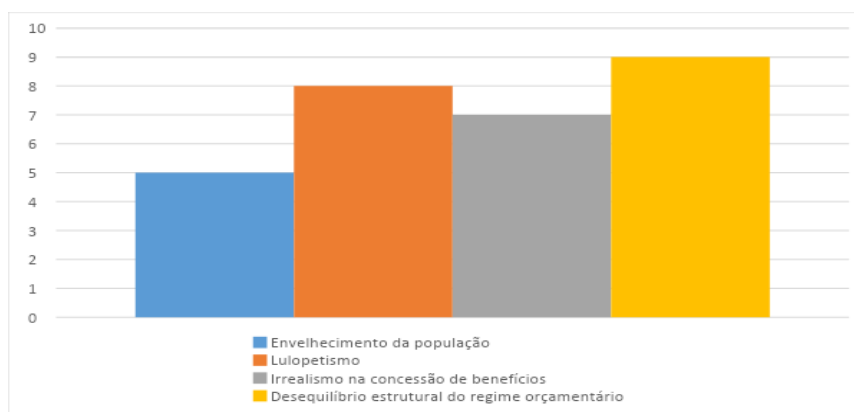
No que diz respeito à categoria “causas”, os “13 anos de lulopetismo” também são vistos pelo jornal como causadores da crise econômica e conseqüentemente, previdenciária. Desse modo, o jornal argumenta que os governos petistas de Lula e Dilma desequilibraram as contas públicas e prejudicaram as receitas tributárias: “A crise que o

lulopetismo deixou como herança para o País reduziu drasticamente a atividade econômica e corroeu as receitas tributárias, sem que as despesas obrigatórias parassem de crescer, o que resultou na antecipação desse momento” (25/09/2017).

Outra causa apontada para a crise previdenciária estaria diretamente ligada à própria Constituição brasileira, criticada pelo jornal em termos da extensão de direitos sociais e da vinculação de certas despesas obrigatórias como aquelas destinadas à educação. Para os editorialistas, ao estabelecer despesas obrigatórias, a Carta Magna “engessa o orçamento da União” e “contribui de forma decisiva para o quadro deficitário”. “Embora impressionante, a evolução das despesas obrigatórias como proporção da receita líquida da União é a decorrência obrigatória do regime fiscal instituído pela Constituição. Ao determinar a obrigatoriedade de diversas despesas, esse regime impôs uma camisa de força à política fiscal” (25/09/2017).

Diferentemente de *O Globo*, na construção dos enquadramentos presentes na categoria “problema”, há mais equilíbrio na apresentação das causas, o que fica evidenciado pelo número de ocorrências de cada um, conforme pode ser observado no Gráfico 2:

Gráfico 2 - Ocorrência dos argumentos na categoria de análise “causas” em *O Estado de S. Paulo*



Fonte: Elaboração dos autores

Por meio da categoria “julgamentos morais”, é possível identificar de que maneira a PEC 287 foi adjetivada pelo jornal no período analisado. *Estadão* se mostrou bastante mais

enfático que *O Globo* tanto na defesa da proposta quanto na qualificação pejorativa atribuída àqueles que se mostraram contra. Em “O mundo real”, editorial publicado em 07 de março de 2017, o jornal qualificou assim a proposta: “mesmo tímida, como a reforma apresentada pelo governo”, é extremamente necessária no atual cenário. Isto é, o editorialista considera como ideal uma proposta ainda mais profunda que a apresentada por Temer.

Da mesma maneira, as vozes contrárias à Reforma em geral foram duramente criticadas. Em alguns editoriais, por exemplo, os movimentos sociais são chamados de “ditos movimentos sociais” (17/03/2017). No trecho a seguir, o editorialista do Estadão afirma que a resistência desses grupos compromete a própria existência da Previdência: “Também no mundo ideal, os movimentos sociais, se de fato estivessem preocupados com as pessoas pobres que dizem proteger, apoiariam a reforma, pois entenderiam que é a única forma de garantir, num futuro previsível, a própria existência da Previdência Social” (07/03/2017).

Por outro lado, em sintonia com o que fez *O Globo*, o *Estadão* apresenta uma série de exemplos a serem seguidos pelo Brasil para solucionar a crise previdenciária. Cita a realidade de outros países, com o intuito de comprovar como o atual sistema previdenciário brasileiro é “generoso demais”: “A idade média dos homens brasileiros que se aposentam é de 59,4 anos, enquanto nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a média é de 64 anos. No México, são 72 anos, e no Chile, 69” (03/05/2017). Ao citar o exemplo chileno, o jornal ignora o fato de o país estar entre aqueles com maior número de suicídios de idosos no mundo, ocupando o primeiro lugar do *ranking* na América Latina. Os números são explicados, em parte, pela situação de miséria a que muitos idosos são submetidos em função, justamente, da reforma previdenciária levada a cabo no país. Segundo dados do Ministério da Saúde do Chile, em parceria com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), entre 2010 e 2015, 936 adultos chilenos maiores de 70 anos tiraram sua própria vida. Tal enquadramento, bem como as diversas críticas feitas ao papel social do governo, revelam a predileção do

editorialista por modelos alinhados à ideologia neoliberal, confirmando a nossa segunda hipótese.

O *Estadão* também faz recomendações à população, sugerindo a busca de informações que evidenciam a necessidade da Reforma: “Basta o eleitor não estar intoxicado pelo populismo irresponsável para entender que reformas como a da Previdência são essenciais à busca do equilíbrio das finanças públicas, ou seja, para que a União tenha condições de continuar pagando os benefícios previdenciários sem precisar interromper suas ações e seus planos em áreas igualmente vitais, como saúde, educação, segurança e infraestrutura sob sua responsabilidade” (10/04/2017).

No Quadro 6, é possível verificar uma síntese dos principais enquadramentos de *O Estado de S. Paulo* sobre a PEC da Reforma da Previdência do Governo Temer:

Quadro 6 - Funções/Enquadramentos nos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*

CATEGORIA/ FUNÇÃO	ENQUADRAMENTO
Problemas identificados	Valores gastos com a Previdência ocasionam déficit no INSS e contribuem para o déficit primário; Desajuste das atuais regras da Previdência; Previdência engessa o Orçamento e diminui a capacidade de o Estado tomar suas decisões; Inversão da pirâmide etária no Brasil;
Diagnóstico de causas	Envelhecimento da população por aumento da expectativa de vida; Governos petistas de Lula e Dilma desequilibraram as contas públicas e prejudicaram as receitas tributárias; Governos anteriores protelaram a Reforma, em razão de interesses políticos; Ao estabelecer despesas obrigatórias, a Constituição contribui de forma decisiva para o quadro deficitário;
Julgamento moral	A Reforma da Previdência apresentada pelo governo é tímida; A oposição marcada pelo ex-presidente Lula é alicerçada em mentiras, distorção de fatos e oportunismo;

	Os movimentos sociais são chamados de “ditos movimentos sociais”, como se, de fato, não atuassem em prol da sociedade. São reconhecidos também como um exército de irresponsáveis. Parte da oposição é tida como milícias petistas presentes em redes sociais, universidades e no mundo artístico;
Soluções recomendadas	É primordial garantir que a PEC seja aprovada; É imperioso que o Congresso Nacional viabilize, urgentemente, a Reforma previdenciária; É necessário um posicionamento urgente e contundente dos deputados; O Brasil deve seguir o exemplo de Reformas da Previdência de países como México, Chile e Argentina.

Fonte: Elaboração dos autores

Considerações finais

Este trabalho identificou os enquadramentos construídos por dois jornais de circulação nacional, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, para significar a PEC 287, que tinha o objetivo de reformar o sistema de previdência brasileiro. A partir da discussão do conceito de enquadramento e da articulação de quatro categorias analíticas, buscamos compreender a posição dos jornais sobre o tema. Retirada da pauta parlamentar por falta de apoio no Congresso e por uma intervenção federal no Rio de Janeiro, a proposta foi considerada, por muitos, um ataque ao Estado de bem-estar social instituído pela Constituição de 1988, ao propor, por exemplo, o endurecimento de regras para a concessão de benefícios a idosos, pessoas carentes e com deficiência. Segundo estudo de Mostafa e Theodoro (2017), 40,6% dos contribuintes urbanos não teriam acesso à aposentadoria, caso a Reforma elevasse, como previsto, de 15 para 25 anos, o tempo mínimo de contribuição.

Ainda assim, os principais atores midiáticos do país, em particular os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, deram amplo apoio às medidas apresentadas ao Parlamento, construindo, como vimos, enquadramentos que insistiram na *indispensabilidade* da Reforma para garantir a sanidade das contas públicas. Depois de uma leitura preliminar

do material empírico, constituído por 20 editoriais, publicados nos diferentes momentos de tramitação da PEC 287, formulamos duas hipóteses de trabalho que guiaram o nosso olhar na busca pela identificação dos principais enquadramentos.

A primeira hipótese, que dizia respeito à elaboração de enquadramentos midiáticos altamente favoráveis à Reforma da Previdência, foi sendo percebida à medida em que os jornais faziam, por exemplo, previsões calamitosas para o futuro do Erário brasileiro em função dos atuais gastos com a Previdência Social. Os dados da análise mostram que *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* investiram em enquadramentos que procuraram estimular uma visão falsamente consensual em torno da necessidade de aprovação da proposta tal como proposta, ou seja, com o mínimo possível de alteração. Nesse sentido, os jornais criticaram duramente os que se mostraram contrários à PEC 287. Assim, a oposição foi qualificada de “desinformada”, “manipuladora”, vista, no caso do *Estadão*, como uma “milícia petista”, que agiria, segundo o editorialista, nas redes sociais, no Congresso e até nas universidades. Os enquadramentos observados deixaram antever que, apesar da complexidade do tema, que opõe visões de lado a lado do espectro político, os jornais desconsideraram a necessidade do debate, amparados na visão única que seria inexorável a necessidade daquela Reforma.

Por sua vez, a segunda hipótese do trabalho sugeriu que a defesa intransigente da Reforma deixaria transparecer, na posição dos jornais, uma visão de mundo calcada em valores da ideologia neoliberal, a qual se converteu, nas palavras de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), numa nova racionalidade em torno da qual o mundo contemporâneo está cada vez mais organizado. Uma das principais características desse novo modo social seria a defesa da diminuição drástica do papel do Estado na institucionalização de políticas públicas. Estas, incluindo as políticas de seguridade social, onde a previdência se encontra, tenderiam, a ser transformadas em serviços prestados, submetidos às leis do mercado. Com efeito, os enquadramentos identificados nos editoriais permitem perceber uma crítica contundente ao Estado de bem-estar social ao lado do enaltecimento de modelos de economia neoliberais. Assim, por exemplo, *O Globo* é taxativo ao apontar gastos sociais como causas para a “crise previdenciária”. Ao qualificar a atuação do Estado na

diminuição das diferenças sociais como “discurso populista”, o editorialista carioca legitima, claramente, o discurso neoliberal. Para o mesmo jornal, o Estado brasileiro é extremamente “benevolente”, fruto de uma “intoxicação ideológica da defesa de um modelo de Estado tutor da sociedade” (02/01/2017).

Assim como no estudo de Lawrence (2000), no qual a mídia deixou de enquadrar questões primaciais no debate sobre a previdência americana, em particular no que atine às consequências sociais, também os jornais analisados neste trabalho limitaram-se a observar a questão previdenciária pelo viés da sanidade das contas públicas, deixando em segundo plano o futuro do estado de bem-estar social, modelo, aliás, severamente criticado em vários dos editoriais analisados. Sem dúvida, *Globo* e *Estadão* retomaram aquilo que sempre pensaram a respeito do papel do Estado, como revelaram na intensa campanha contrária aos direitos sociais durante a Constituinte, tal como mostra o estudo de Fonseca (2011). Com isso, a proposta interpretativa dos jornais sobre a previdência vincula-se a uma visão parcelar da realidade, alinhada, sem dúvida, a uma moldura simbólica que expressa o ideário neoliberal e os interesses de certas elites econômico-financeiras. Bastaria salientar que o Chile, citado pelo *Estadão* como exemplo de economia exitosa, enfrenta, atualmente uma forte onda de contestação social em função dos resultados obtidos com a reforma constitucional que, nos anos 1980, instituiu um sistema privado de seguridade social.

Como se observa, a previdência não pode ser observada, como o foi, apenas sob a ótica da questão fiscal mais imediata. Embute problemas mais profundos, relacionados com o tipo de país e de sociedade que se deseja construir. Sem dúvida, o debate comporta nuances e complexidades que foram secundarizadas ou deliberadamente esquecidas nas propostas dos editoriais, na contramão do imperativo democrático do jornalismo de promover e enriquecer o debate sobre as questões da sociedade. Em suma, o trabalho mostrou como o clima de consensualidade em torno da pretensa inevitabilidade da Reforma evidencia o caráter performático que atravessa o fazer jornalístico de *O Globo* e de *O Estado de S. Paulo*, que agiram como atores política e ideologicamente orientados na formulação de seus enquadramentos editoriais sobre a PEC 287/2016.

Referências

ALBUQUERQUE, A. de. A campanha presidencial no Jornal Nacional: observações preliminares. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 23-40, agosto/novembro 1994.

ARAÚJO, V. T. Governo Dilma na Mídia Impressa: estudo sobre os agentes em destaque nos textos das manchetes. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, [S.l.], v. 8, n. 1, ago. 2017. ISSN 2236-451X. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/50659>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal Of Communication*, [s.l.], v. 43, n. 4, p.51-58, 1 dez. 1993. Oxford University Press (OUP).

FONSECA, F. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [s.l.], n. 6, p.41-69, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-33522011000200003>.

GOFFMAN, E. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GUAZINA, L. S. *Jornalismo em busca de credibilidade: a cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão*. 2011. 256 f. Tese (Doutorado) – Curso de Comunicação, Universidade de Brasília, 2011.

GUAZINA, L.; PRIOR, H.; ARAÚJO, B. Framing of a Brazilian Crisis: Dilma Rousseff's Impeachment in National and International Editorials. *Journalism Practice*, [s.l.], v. 13, n. 5, p.620-637, 6 nov. 2018. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/17512786.2018.1541422>.

LAWRENCE, R. G. Game-Framing the Issues: Tracking the Strategy Frame in Public Policy News. *Political Communication*, [s.l.], v. 17, n. 2, p.93-114, abr. 2000. Informa UK Limited.

LIMA, H.; SILVA, M. C. C.; MARTINEZ, M. Angela Merkel e Dilma Rousseff: crise migratória e processos de framing nos jornais Público e Folha de S. Paulo. In: PRIOR, H.; GUAZINA, L.; ARAÚJO, B. (Org.). *Diálogos Lusófonos em Comunicação e Política*. Covilhã: Livros Labcom, 2016. p. 167-199.

MAIA, R. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2. Brasília, 2009.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [s.l.], v. 27, n. 79, p.187-201, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092012000200012>.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A. Jornalismo Político e Imagem Pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. *Contracampo*, v. 28, p. 92-115, 2013.

MOSTAFÁ, J.; THEODORO, M. (Des)proteção social: impactos da reforma da previdência no contexto urbano. Senado Federal - Consultoria Legislativa, 2017.

OLIVEIRA, L. A. de; FERNANDES, C. M.; CHAGAS, G. C. Novos passos do golpe: o enquadramento da Reforma da Previdência no Jornal Nacional. *Contracampo*, Niterói, v. 37, n. 02, pp. 59-86, ago. 2018/nov. 2018.

PORTO, M. *Enquadramentos da Mídia e Política*. In: Encontro Anual Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Ciências Sociais, XXVI, Caxambu: Anpocs, 2002.

PRIOR, H.; ARAÚJO, B. Media e Populismo: Enquadramentos das imprensas brasileira e estrangeira na eleição de Jair Bolsonaro. In: Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação E Política, 8., 2019, Brasília. *Anais...* Brasília: Compolítica, 2019. p. 1 - 29.

RIZZOTTO, C. C.; PRUDÊNCIO, K. Vítima, vilã ou heroína: A imagem de Dilma Rousseff na narrativa do impeachment. In: GUAZINA, Liziane; PRIOR, Hélder; ARAÚJO, Bruno (Org.). *(Des) construindo uma queda: A mídia e o impeachment de Dilma Rousseff*. Florianópolis: Insular, 2019. p. 67-82.

Agradecimentos

Agradecemos as contribuições dos avaliadores anônimos da revista, aos quais coube a avaliação deste texto.

Os Autores

Fernanda Safira Soares Campos. Bacharel em Jornalismo pela UFMT. Membro do Núcleo de Pesquisa em Comunicação, Política e Cidadania da UFMT (CLICO/UFMT). E-mail: fsafirac@gmail.com.

Bruno Araújo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: brrunoaraujo@gmail.com.

Data de submissão: 30/04/2019

Data de aprovação: 03/01/2020